

Art. 16. A supressão não autorizada dos vegetais principalmente por vandalismo será considerada como agravante por ocasião do julgamento da infração administrativa, triplicando o valor da multa aplicada, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo único. O não pagamento acarretará inscrição na dívida ativa

CAPÍTULO VII

DOS PROJETOS DE PARCELAMENTO E EDIFICAÇÕES

Art. 17. Os projetos de parcelamento de solo, público ou privado, edificações e obras em geral, deverão ser avaliados no âmbito da administração municipal, previamente pela SMMA sempre que o imóvel ou respectivo passeio público possuírem vegetação arbórea com altura igual ou superior a 3 metros.

§ 1º Deverá ser demarcada na Planta de Situação e Localização toda a vegetação arbórea, com altura igual ou superior a 3 metros, incidente no imóvel e no passeio público.

§ 2º A vegetação arbórea demarcada será numerada em ordem sequencial e as plantas deverão ser apresentadas na mesma escala da planta de implantação do projeto.

§ 3º Também deverão ser demarcados em planta:

I – a vegetação situada em terrenos lindeiros cuja projeção de copa incida sobre o imóvel objeto de análise;

II – demais elementos naturais, protegidos ou não, tais como:

- a) corpos d'água;
- b) nascentes;
- c) arroios;
- d) talvegues;
- e) banhados e afloramentos rochosos; e
- f) incidentes no imóvel ou no entorno.

§ 4º Quando houver no imóvel e no passeio público 20 (vinte) ou mais espécimes vegetais arbóreos nativos, será obrigatória a apresentação de laudo técnico de cobertura vegetal e Anotação de responsabilidade Técnica - ART, emitidos por profissional devidamente habilitado, conforme exigências da SMMA.